



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 21 Nº 07
Julho de 2012

Consumo e produção: novamente andando juntos?

Durante os primeiros anos da década passada, o comércio varejista cresceu a taxas inferiores às da indústria brasileira. Essa diferença foi resultado, por um lado, de uma política econômica restritiva, associada ao cenário externo adverso, que se traduzia na escassez de divisas estrangeiras e impunha à economia um ritmo de crescimento do tipo *stop and go*, e, por outro, de uma taxa de câmbio em processo de desvalorização. Crédito restrito e juros altos inibiram a expansão do consumo doméstico. E a forte demanda externa e o real desvalorizado incentivaram as exportações industriais.

A partir de 2004-05, as condições econômicas mudaram. Medidas como aumentos reais do salário mínimo, expansão do Programa Bolsa Família, aumento do crédito, reduções temporárias de impostos sobre o consumo e diminuição das taxas de juros obtiveram sucesso em expandir o consumo. Desde o quarto trimestre de 2003, esse item da demanda interna cresce ininterruptamente.

Na metade da década, também teve início o processo de valorização da taxa de câmbio. Como consequência, os produtos industrializados perderam competitividade no exterior, ao mesmo tempo em que a importação de bens de consumo era facilitada pelo barateamento do dólar. A maior competição à que a indústria nacional foi exposta, tanto no mercado externo quanto no doméstico, fez com que suas taxas de crescimento passassem a minguar.

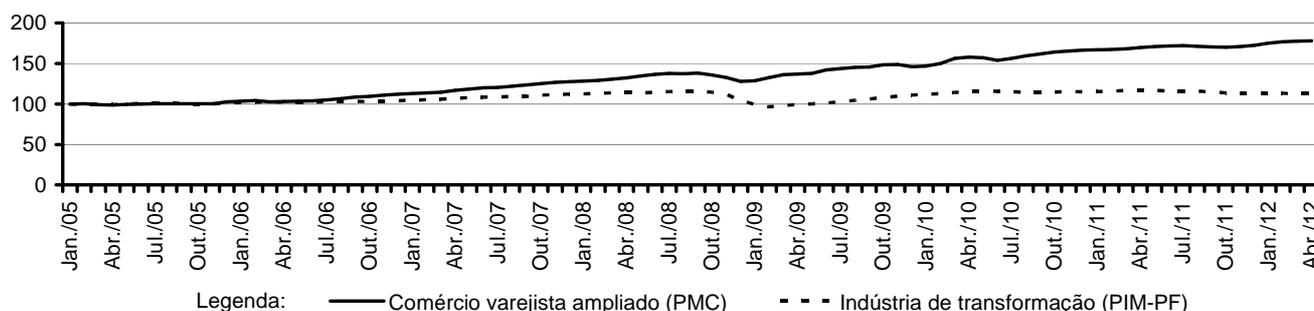
O aumento do consumo passou, portanto, a ser suprido, em grande parte, pelas importações crescentes. Ao mesmo tempo, a conta externa era fechada pelas exportações de *commodities* agrícolas e minerais, cujos preços estavam em alta no mercado internacional, e pelo forte ingresso de capitais na conta financeira. Nesse contexto, a taxa de câmbio permanecia valorizada, apesar da deterioração crescente do déficit em transações correntes.

Esse arranjo chegou ao extremo durante a crise que se seguiu ao estouro da “bolha imobiliária” norte-americana em 2008. A produção industrial nacional despencou, como resultado da queda abrupta da demanda internacional. Visando manter a demanda interna aquecida e garantir o prosseguimento do crescimento econômico, o Governo aprofundou as medidas creditícias e fiscais de estímulo ao consumo. Deu resultado. O volume de vendas do comércio logo voltou a crescer às taxas anteriores.

A produção industrial demorou mais para se recuperar. Apenas no começo de 2010, o nível de produção de setembro de 2008 foi novamente alcançado. A partir desse ponto, entretanto, o setor parou. Não conseguiu mais crescer em meio às condições externas ruins, de baixa demanda nos países desenvolvidos, e de uma taxa de câmbio ainda apreciada. Como resultado, o diferencial de crescimento entre o comércio e a indústria aumentou.

Nos últimos meses, esse cenário sofreu algumas alterações. Pelo lado do consumo, já se discutem os limites do crescimento do comércio como decorrência de estímulos creditícios e fiscais, tendo em vista o aumento da inadimplência em alguns segmentos (notadamente o de crédito para compra de automóveis) e algumas evidências de saturação no consumo de bens duráveis. Pelo lado da indústria, a principal notícia é a desvalorização da moeda brasileira, que se soma às medidas de política industrial e à redução dos juros. Uma expansão marginal menor do comércio e uma retomada da produção industrial, voltada para atender parcelas do mercado interno antes ocupadas por importações, podem ser o resultado do novo patamar cambial mais depreciado.

Média móvel trimestral dos índices dos volumes do comércio varejista e da indústria de transformação no Brasil — jan./05-abr./12



FONTES: IBGE.

NOTA: Os índices têm como base jan./05 = 100.

Martinho Lazzari
Economista, Pesquisador da FEE

Código Florestal: o que fica após a controvérsia

Nos últimos meses, a tramitação do novo Código Florestal (CF) brasileiro dividiu opiniões, dentro e fora do Governo, acirrando um debate que, de modo geral, se manteve atrelado à premissa de uma pretensa dualidade entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. A proposta da nova lei passou por votação na Câmara Federal e no Senado, sendo revisada novamente pela Câmara Federal e enviada para a sanção da Presidente Dilma Rousseff, que publicou o texto com 12 vetos e editou Medida Provisória (MP 571/2012) com pontos de complementação. A Lei nº 12.651 foi publicada em 25.05.2012, substituindo a Lei nº 4.771, que vigorava desde 1965 (CF/65).

Os principais pontos de divergência na elaboração do novo texto, e que culminaram nos vetos e na edição da MP, envolveram propostas de alteração nos dois instrumentos legais mais importantes do CF/65: as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL). Esses instrumentos visam restringir, para fins de proteção ambiental, o uso e a ocupação do solo, e, por isso, sua aplicação acaba sofrendo resistência por parte dos produtores rurais.

De acordo com a legislação, a APP é definida como: “[...] área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (Art. 3º, inciso II). Abrange, desse modo, áreas de grande relevância ambiental (tanto urbanas quanto rurais), que não permitem qualquer tipo de uso, à exceção daqueles considerados em lei como de utilidade pública ou de interesse social.

O CF/65 considera de preservação permanente áreas ao longo de cursos d’água, em faixas que variam entre 30m e 600m, de acordo com a largura do leito; 50m ao redor das nascentes; de 50m a 100m ao redor de corpos d’água, variando de acordo com a área; topo de morros; encostas com declividades superiores a 45º; restingas; bordas de tabuleiros ou chapadas; e altitudes superiores a 1.800m.

Em relação à definição das faixas de preservação, a nova lei manteve as já existentes e acrescentou, ainda, as veredas. Além disso, modificou o critério para cálculo das faixas no entorno de cursos d’água, que passou a ser a partir do leito médio, e não mais do leito maior, e deixou de considerar APP o entorno de reservatórios de água artificiais e nascentes intermitentes.

As mudanças mais significativas em relação às APP envolveram a flexibilização dos usos e a obrigatoriedade de recomposição da vegetação em áreas ocupadas após 22.07.2008 (data limite que determina a consolidação da ocupação). Essa recuperação deverá ocorrer em faixas que variam de acordo com o tamanho da propriedade, que é medida em módulos fiscais. O módulo fiscal é um parâmetro utilizado para a classificação do imóvel rural quanto ao seu tamanho (em hectares), variando de acordo com o município e suas características de produção. São consideradas pequenas propriedades aquelas com menos de quatro

módulos fiscais. As faixas de recuperação de APP variam de 5m, nas propriedades com até um módulo fiscal, até 100m, nas propriedades com mais de quatro módulos fiscais.

Algumas culturas específicas localizadas em APP, como em encostas e em áreas úmidas, especialmente nas pequenas propriedades, poderão ser permitidas mediante aprovação do órgão ambiental responsável.

Ao contrário das APP, que possuem um caráter preservacionista, as áreas de RL têm o intuito de promover o uso econômico sustentável, ou seja, permitir a exploração mediante planos de manejo, para garantir a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e dos ecossistemas naturais. Esse instrumento é aplicado, exclusivamente, nas áreas rurais, e o cômputo das áreas de RL deve ser dissociado do das APP, salvo casos específicos previstos em lei.

O texto sancionado mantém as áreas de RL trazidas pelo CF/65, sendo estas correspondentes a 80% da propriedade em área de floresta na Amazônia Legal, a 35% em área de cerrado na Amazônia Legal, a 20% nas demais regiões do País e a 20% para todas as pequenas propriedades. Para evitar o fracionamento de grandes propriedades para fins de diminuição da RL, a nova lei determina que “[...] em caso de fracionamento do imóvel rural, a qualquer título, inclusive para assentamentos pelo Programa de Reforma Agrária, será considerada a área do imóvel antes do fracionamento” (Art.12, §1º).

Outra modificação em relação à RL é a possibilidade de alteração da área em estados que possuem o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), a criação da Cota de Reserva Ambiental (CRA) e a possibilidade de compensação em diferentes bacias hidrográficas.

Além das mudanças relativas às APP e à RL, a nova lei instituiu a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural (CAR), um importante instrumento de regularização ambiental de propriedades rurais. Ele consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel (como a delimitação das APP e RL), para manter um cadastro da situação fundiária e ambiental do País. Somente as propriedades cadastradas terão acesso a financiamentos e a planos de benefícios.

O texto final expressa a busca de equilíbrio das posições, que se polarizaram ao longo do processo entre as chamadas “bancada ruralista” e “bancada ambientalista”. Isso fica evidente já no artigo 1º, que define que o objetivo do texto “[...] estabelece(r) normas gerais com o fundamento central da proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico”.

Apesar de já estar vigorando, o texto ainda deve passar pela análise dos parlamentares, que têm até o final de julho para votar as 696 emendas à MP propostas por deputados e senadores.

Mariana Lisboa Pessoa
Geógrafa, Pesquisadora da FEE

Envelhecimento da PEA demanda políticas públicas

O envelhecimento populacional é hoje um fenômeno universal, característico tanto dos países desenvolvidos quanto, de modo crescente, dos não desenvolvidos. Esse processo vem manifestando-se de forma rápida, porém distinta, entre os países ricos e pobres. Nos países desenvolvidos, esse processo deu-se de forma gradual, ao longo de mais de um século, acompanhado de um progresso socioeconômico favorável e da consequente melhoria das condições de vida da população, que contou com um amplo sistema de proteção social. Ao contrário, nos países em desenvolvimento, o processo de envelhecimento vem ocorrendo rapidamente — num ambiente socioeconômico pouco favorável à expansão de um sistema de proteção social para todos os grupos etários —, não atingindo o conjunto da população.

No Brasil, o envelhecimento da população vem acontecendo intensamente nos últimos anos, em consequência da dinâmica demográfica, a qual afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA), aumentando a proporção de pessoas adultas com 40 anos ou mais. Tal segmento, em período recente, passou a representar a parcela mais importante do conjunto de trabalhadores, interpondo novos desafios às políticas públicas e sociais. No entanto, o País ainda apresenta condições demográficas favoráveis, manifestas no chamado “bônus demográfico”, as quais indicam aumento da População em Idade Ativa (PIA) e, conseqüentemente, daquela que constitui a força de trabalho.

No caso da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego

(PED-RMPA) mostram que, em 2011, os adultos com 40 anos ou mais compunham 42,1% da PEA, estando 12,0 pontos percentuais acima da parcela registrada em 1993. Com isso, esse segmento, a partir do ano de 2003, passou a representar o grupo majoritário na PEA, ultrapassando a proporção observada entre os indivíduos adultos mais jovens, com idade entre 25 e 39 anos, os quais, tradicionalmente, detinham a maior parcela na PEA. Os contingentes mais jovens, o de 10 a 24 anos e o de 25 a 39 anos, apresentam quedas de 7,5 e de 4,5 pontos percentuais, respectivamente, no mesmo período. Considerando-se, ainda, a estimativa da população com 40 anos ou mais, tal evolução representa um incremento de 101,4% (436 mil pessoas a mais), totalizando 866 mil indivíduos em 2011.

Nesse contexto, a capacitação da força de trabalho torna-se um requisito essencial na conquista do equilíbrio social, econômico e intergeracional. A (re)qualificação profissional e a valorização do indivíduo no sentido mais amplo, através de uma educação permanente e continuada, devem constituir prioridade das políticas voltadas à força de trabalho madura, com o objetivo de uma maior absorção dessa mão de obra e de obtenção de melhores possibilidades e condições de trabalho, como o direito à integração laboral e social.

Norma Herminia Kreling
Socióloga, Pesquisadora da FEE

Indicadores de Gestão Fiscal para o RS no período 2007-12

Os Indicadores de Gestão Fiscal (IGF) para o Rio Grande do Sul, no período 2007-12, permitem avaliar a situação das finanças públicas estaduais, levando-se em conta os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O IGF1 mostra que o Estado se encontra abaixo do limite estabelecido pela LRF, que é de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) para despesa com pessoal. O que pode explicar a queda do indicador entre 2007 e 2010 é o crescimento das receitas correntes e a relativa contenção das despesas com pessoal. Todavia, o IGF1 apresentou elevação em 2011, na comparação com 2010, sugerindo uma possível mudança de política governamental.

O IGF2 apresenta redução no período em análise, contudo ainda permanece acima do limite igual a dois, estabelecido pelo Senado Federal. A queda do indicador está associada ao aprofundamento do ajuste fiscal verificado no

período 2007-10. No ano de 2011, o indicador apresenta queda, porque a elevação da RCL foi maior do que o aumento da Dívida Consolidada Líquida.

Os resultados do IGF3, nos anos 2007 e 2009, evidenciam a disposição governamental de equilibrar as contas públicas. No entanto, os níveis do IGF3 em 2008 e 2010 são explicados pela reestruturação da dívida estadual ocorrida através de uma operação de financiamento junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 1,1 bilhão. Os recursos foram liberados em duas parcelas: a primeira, no valor de US\$ 650 milhões, em setembro de 2008; e a segunda, no valor de US\$ 450 milhões, em maio de 2010.

Nos anos 2011 e 2012, os resultados do IGF3 parecem indicar a decisão governamental de financiar parcela da despesa de capital com recursos advindos de operações de crédito.

Indicadores de Gestão Fiscal no Rio Grande do Sul — 2007-12

INDICADORES	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IGF1 - Total da despesa com pessoal/Receita Corrente Líquida (1)	0,52	0,46	0,49	0,47	0,48	(2) 0,42
IGF2 - Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida	2,54	2,34	2,19	2,14	2,13	(3) 2,09
IGF3 - Receita de operação de crédito/despesa de capital (4)	0,00	33,32	0,00	16,73	7,11	(3) 1,22

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda (Sefaz-RS).

(1) O cálculo da Sefaz-RS do total da despesa com pessoal é de acordo com decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. (2) Dados dos últimos 12 meses encerrados em abril. (3) Dados de janeiro a abril. (4) O cálculo próprio do IGF3 considerou as operações de crédito realizadas sobre a despesa de capital empenhada.

Liderau dos Santos Marques Junior
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

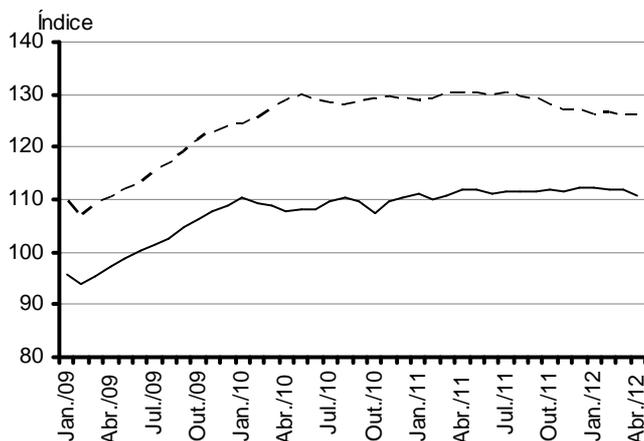
Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — dez./11-maio/12

MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Dez./11	0,50	6,50	6,50	-0,12	5,10	5,10
Jan./12	0,56	0,56	6,22	0,25	0,25	4,53
Fev./12	0,45	1,01	5,85	-0,06	0,19	3,44
Mar./12	0,21	1,22	5,24	0,43	0,62	3,24
Abr./12	0,64	1,87	5,10	0,85	1,48	3,65
Mai/12	0,36	2,24	4,99	1,02	2,51	4,26

FONTE: IBGE.
Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-abr./12

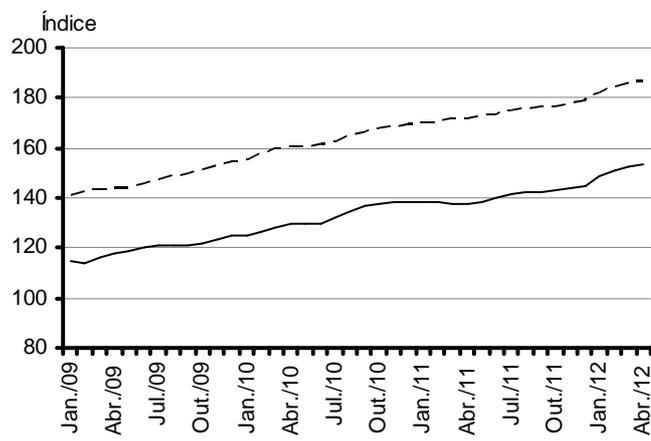


Legenda: - - - - Brasil — RS

FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-abr./12



Legenda: - - - - Brasil — RS

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — dez./11-maio/12

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Dez./11	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai/12		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	1,84	1,79	1,72	1,80	1,85	1,99	1,83	1,75
Taxa de câmbio efetiva real (3)	76,1	73,8	72,1	75,6	77,6	-	74,7	73,5
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	11,00	10,50	10,50	9,75	9,00	8,50	9,65	10,95
Superávit primário (% do PIB)	-0,5	-7,7	-2,8	-2,9	-4,0	-	-4,3	-3,1
Balança comercial (US\$ milhões)	3.811	-1.296	1.714	2.019	882	2.953	6.272	27.548
Exportações (US\$ milhões)	22.127	16.141	18.028	20.911	19.566	23.215	97.861	259.286
Importações (US\$ milhões)	-18.316	-17.437	-16.314	-18.892	-18.685	-20.262	-91.589	-231.738
Transações correntes (US\$ milhões)	-6.008	-7.056	-1.728	-3.304	-5.403	-3.468	-20.958	-50.881

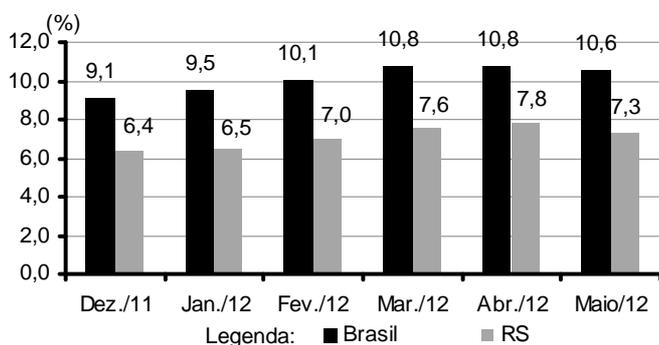
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 07

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — dez./11-maio/12



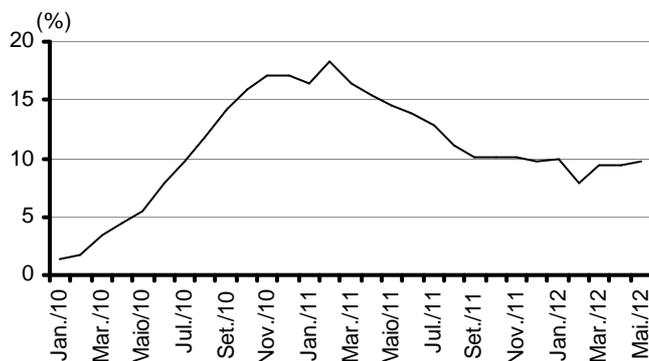
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-maio/12



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

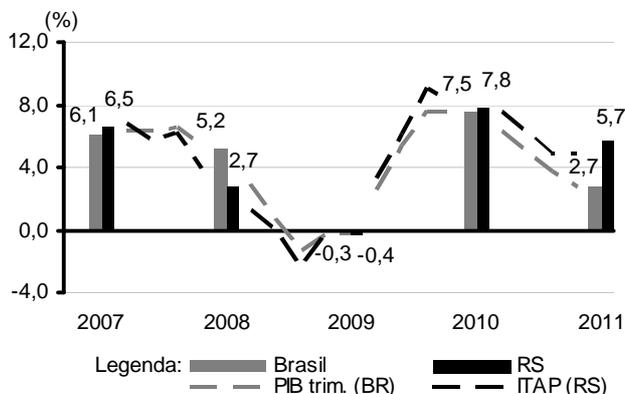
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — dez./11-maio/12

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Dez./11	19.427	256.040	7,6	26,3	26,8	9,6	2,9	14,6	23,1
Jan./12	1.219	16.141	7,6	8,6	6,1	10,3	3,4	-1,5	2,6
Fev./12	2.401	34.169	7,0	4,9	7,0	7,2	5,2	-2,1	1,8
Mar./12	3.805	55.080	6,9	0,1	7,5	0,2	5,5	0,0	1,9
Abr./12	5.106	74.646	6,8	-2,9	4,5	-2,4	3,5	-0,5	1,1
Mai./12	6.787	97.861	6,9	-6,9	3,4	-5,9	3,1	-0,8	0,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2007-11



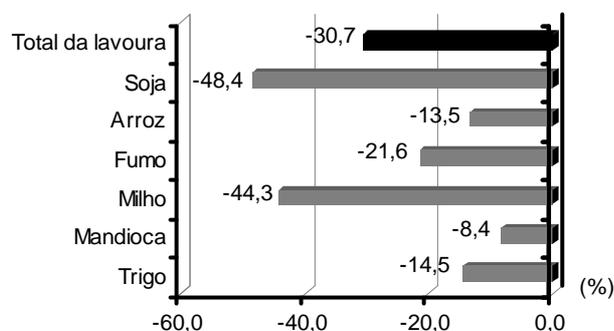
FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

NOTA: 1. O ITAP foi utilizado como proxy do PIB trimestral do RS.

2. ITAP e PIB trimestral do Brasil estão representados por suas taxas acumuladas em quatro trimestres.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — maio/12



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Embargo argentino prejudica exportações do RS

As exportações gaúchas têm sido fortemente afetadas pelas medidas protecionistas adotadas pela Argentina desde fevereiro deste ano. No acumulado de fevereiro a maio, as exportações gaúchas para a Argentina caíram 23,1% em relação ao mesmo período do ano passado, uma redução de US\$ 137,1 milhões, enquanto as exportações gaúchas como um todo recuaram 9,7%.

Com essa queda, o RS acabou sendo superado pelo Paraná e pelo Rio de Janeiro, entre os estados que mais exportam para a Argentina, ficando na quinta posição. No Brasil, a queda foi menor, uma redução de 13,7%, tendo em vista que a queda das exportações de produtos tradicionais foi parcialmente compensada pelo aumento das exportações de automóveis e de energia elétrica.

As exportações de carne suína estão entre as mais afetadas, com uma queda de 84,7%. O RS, que é o estado que mais exporta esse produto para o país vizinho, registrou uma perda de US\$ 10,9 milhões nesse período. Diversos outros importantes produtos na pauta de exportações para a Argentina também registraram quedas no período de fevereiro a maio. Produtos derivados do petróleo tiveram uma redução muito forte, no valor de US\$ 28,6 milhões, em relação ao mesmo período do ano passado. O setor de máquinas e equipamentos também vem reduzindo suas exportações para o país vizinho. O Estado deixou de exportar US\$ 27,8 milhões nesse setor, uma redução de 35,8% em relação a 2011. A exportação de artigos de borracha e plástico teve uma redução de 49,7%, US\$ 14,6 milhões a menos do que no ano anterior.

Com o fraco desempenho observado nos últimos meses, a Argentina vem perdendo participação na pauta exportadora gaúcha. No período compreendido entre fevereiro e maio de 2012, 8,2% das exportações gaúchas foram para o país vizinho, enquanto, no mesmo período de 2011, a participação foi de 9,6%. Assim, o País ficou em terceiro lugar como destino mais importante, sendo ultrapassado pelos Estados Unidos, que, em processo de recuperação da crise, têm aumentado as compras de produtos do RS, principalmente de tabaco.

Exportações do RS para Argentina — fev.-maio/12

MESES	VALOR (US\$ 1.000)			VARIACÃO %
	2011	2012	Variacão	
Fevereiro	144.314	104.277	-40.037	-27,7
Março	153.131	113.729	-39.402	-25,7
Abril	135.131	111.142	-23.989	-17,8
Maió	161.811	128.169	-33.642	-20,8
Fev.-maio	594.388	457.318	-137.070	-23,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secex/MDIC.

Guilherme Risco
Economista, Pesquisador da FEE

Fumo: política para reconversão favorece produtores gaúchos

As políticas públicas para a agricultura familiar sempre tiveram como objetivo aumentar a produção de alimentos, gerar renda no campo e incentivar a organização econômica dos produtores. Recentemente, no entanto, o Brasil ousou avançar em propostas para esse segmento produtor, validando decisões da Convenção-Quadro Para o Controle de Tabaco da Organização Mundial da Saúde — tratado internacional de saúde pública, que visa à orientação e à implantação, pelos países signatários, de políticas que apoiem o combate ao tabagismo.

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi criado para apoiar alternativas de reconversão economicamente viáveis aos fumicultores. Projetos de pesquisa, de capacitação e de assistência técnica e extensão rural foram instituídos e, em parceria com prefeituras, procuram orientar esses agricultores na técnica de plantio de novas culturas e no acesso aos mercados. Para o Rio Grande do Sul, que detém cerca da metade da área plantada com tabaco no Brasil (informação sobre o ano de 2010), o Programa pretende alcançar cerca de 10.000 agricultores familiares, cuja produção está praticamente concentrada em 11 municípios, que perfazem cerca de 40% da quantidade produzida, da área plantada e do valor da produção no Estado.

A policultura parece ser a alternativa mais favorável, uma vez que outros programas de apoio do MDA, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, garantem a comercialização das colheitas, assim como o Programa Mais Alimentos, que

possibilita o acesso ao crédito para a aquisição de tratores e utilitários.

Produção de fumo dos municípios maiores produtores e do Rio Grande do Sul — 2010

MUNICÍPIOS E ESTADO	ÁREA (ha)	QUANTIDADE (t)	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R\$ 1.000)
Venâncio Aires	12.500	21.080	143.344
Canguçu	8.908	13.362	80.172
Candelária	8.800	14.696	91.772
Camaquã	8.800	12.813	69.377
São Lourenço do Sul	8.500	14.875	73.150
Santa Cruz do Sul	8.016	14.124	91.806
Arroio do Tigre	7.250	12.687	78.780
Vale do Sol	6.308	10.850	70.525
Agudo	5.800	8.120	57.920
Dom Feliciano	5.720	9.724	52.985
Vera Cruz	5.300	7.791	50.642
RS	220.512	343.482	1.988.409

FONTE: IBGE-PAM.

Elvin Maria Fauth
Economista, Pesquisadora da FEE

Desaceleração da demanda doméstica

Os dados sobre o crescimento econômico demonstram que, no período 2000-10, a economia brasileira apresentou desempenho superior ao das décadas de 80 e 90. Os dados disponibilizados recentemente (referentes ao primeiro trimestre de 2012) reforçam, entretanto, as dúvidas sobre a possibilidade de se retomar um ciclo de crescimento com intensidade e duração semelhantes aos registrados antes dos eventos mais críticos da crise financeira internacional de 2008. Nas linhas que se seguem, analisa-se o crescimento da oferta agregada (PIB mais importações) nos últimos 10 anos, assumindo-se que este seja determinado pelo crescimento dos componentes da demanda agregada (doméstica mais exportações).

A taxa média de crescimento do PIB no período 2002-11 foi de 3,8%. Em termos acumulados, a oferta agregada cresceu 56% nesse mesmo período. A contribuição do PIB para esse crescimento foi de 39,3%, e a contribuição das importações foi de 16,7%. Pelo lado da demanda agregada, observa-se que a contribuição da demanda doméstica (47,7%) foi muito superior à contribuição das exportações (8,3%). Esses dados confirmam, portanto, a ideia corrente de que o crescimento da economia brasileira é liderado pelo mercado interno.

Esse padrão não é, entretanto, homogêneo ao longo de todo o período. Considerando-se apenas os dois primeiros anos (2002 e 2003), o dinamismo das exportações contribuiu mais intensamente para o crescimento da demanda agregada. Tal constatação levou alguns analistas a sugerirem que a economia brasileira teria “ensaiado” um crescimento liderado pelas exportações, posteriormente interrompido pelo processo de valorização cambial e cedendo lugar a um regime de crescimento liderado pelo mercado interno. A contribuição negativa da demanda doméstica para o crescimento da demanda agregada e o baixo crescimento do PIB no período sugerem, entretanto, que as exportações apenas compensaram uma demanda doméstica fortemente deprimida.

A análise do subperíodo seguinte (2004-08) mostra como foi decisivo o papel do mercado doméstico. Nesses cinco anos, a taxa de crescimento do PIB acelerou-se para uma média de 4,8% ao ano, e a demanda agregada cresceu 34,6% em termos acumulados. A contribuição das exportações para esse crescimento (5,5%) foi muito inferior à contribuição da demanda doméstica (29%). Observando-se os dados com periodicidade trimestral, percebe-se uma contribuição constante do consumo privado e uma contribuição crescente da formação bruta de capital fixo para o crescimento da demanda doméstica no período. Tal padrão sugere que a progressiva aceleração do crescimento induziu

à ampliação da capacidade produtiva. Por fim, mas não menos importante, observa-se, no período 2004-08, uma significativa e crescente contribuição das importações para o crescimento da oferta agregada. A grande semelhança entre o comportamento da contribuição das importações para o crescimento da oferta agregada e a contribuição da formação bruta de capital fixo para o crescimento da demanda agregada indica que o conteúdo importado dos investimentos foi extremamente elevado na economia brasileira, nesse período.

Os efeitos da crise internacional do final de 2008 foram registrados em 2009. Nesse ano, houve retração do PIB de 0,3% e retração de 1,2% na oferta agregada e na demanda agregada. Do lado da demanda, as contribuições negativas das exportações (-1,1%) e da formação bruta de capital fixo (-1,1%) tiveram seus efeitos recessivos atenuados pela contribuição positiva do consumo privado (2,3%) e do consumo da administração pública (0,6%). Esses dados sugerem um resultado positivo das medidas anticíclicas de política econômica adotadas ao longo daquele ano, evitando-se uma queda mais intensa da atividade econômica.

Considerando-se os anos mais recentes, observou-se, em 2010, uma expressiva recuperação, com crescimento do PIB de 7,5%, seguida de nova desaceleração em 2011, ano em que o PIB cresceu apenas 2,7%. Novamente, as exportações contribuíram com uma parcela muito pequena para o crescimento da demanda agregada, e a desaceleração do último ano deriva, fundamentalmente, da menor taxa de crescimento do mercado doméstico em 2011 na comparação com 2010.

Nesse quadro, a orientação recente da política monetária, que parece buscar uma redução do diferencial de juros, poderá contribuir para a manutenção de uma taxa de câmbio mais competitiva e, por essa via, conter a perda de competitividade das exportações brasileiras. Caso prevaleça, entretanto, a concepção de que a redução da taxa básica de juros está condicionada à manutenção de uma política fiscal mais “austera”, então a política econômica estaria encaminhando a solução de um problema ao mesmo tempo em que cria outro. Ainda que o crescimento das exportações seja central do ponto de vista da sustentabilidade das condições externas (ver **Carta de Conjuntura FEE**, ano 20, n. 10), os dados aqui apresentados sugerem que, dificilmente, isso será suficiente para retomar o crescimento. Para tanto, será necessário retomar o crescimento da demanda doméstica e, nas atuais circunstâncias, isso parece depender, sobretudo, de uma orientação mais expansionista da política fiscal.

Crescimento do PIB e contribuições ao crescimento da oferta agregada (OA) e da demanda agregada (DA) no Brasil — 2002-11

(pontos percentuais)

PERÍODOS	CRESCIMENTO ACUMULADO DO PIB	CRESCIMENTO ACUMULADO (OA = DA)	CONTRIBUIÇÕES DA OFERTA AGREGADA			CONTRIBUIÇÕES DA DEMANDA AGREGADA						
			Y (2)	M (3)	Soma	Doméstica					X (1)	Soma
						C (4)	G (5)	FBKF (6)	VE (7)	Soma		
2002-03	3,8	1,8	3,4	-1,6	1,8	0,6	1,0	-1,4	-0,4	-0,2	2,0	1,8
2004-08	26,5	34,6	23,6	10,9	34,6	15,4	3,2	8,2	2,2	29,0	5,5	34,6
2009	-0,3	-1,2	-0,3	-0,9	-1,2	2,3	0,6	-1,1	-1,8	-0,1	-1,1	-1,2
2010	7,5	10,4	6,8	3,6	10,4	3,8	0,8	3,5	1,1	9,2	1,1	10,4
2011	2,7	3,5	2,4	1,0	3,5	2,2	0,4	0,8	-0,3	3,0	0,4	3,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: A metodologia detalhada para o cálculo das contribuições ao crescimento da oferta e da demanda agregada pode ser consultada em:

<<http://nepe-fee-rs.blogspot.com/>>.

(1) Exportações. (2) PIB. (3) Importações. (4) Consumo das famílias (5) Consumo da administração pública. (6) Formação bruta de capital fixo. (7) Variação de estoques.

Fernando Maccari Lara
Economista, Pesquisador da FEE

Em 2012: nem o fim do mundo, nem o fim da crise

O ano de 2012 envolve uma aura mística. Segundo previsões esotéricas, o dia 21.12.2012 marcaria o fim do último ciclo do calendário maia, o que alguns interpretaram como sinal do fim dos tempos.

Deixando-se de lado a metafísica, mas também no ramo da futurologia, outra “profecia” bastante repetida pelos cientistas econômicos é a de que este ano traria, finalmente, a recuperação dos países desenvolvidos frente aos eventos da crise financeira de 2007-08 — previsão para todos anos após o seu eclodir, mas sempre adiada. Na verdade, a análise da conjuntura econômica internacional não fornece subsídios para apostar em tal resultado. Isso faz a situação parecer uma busca dos líderes políticos e econômicos dos países desenvolvidos para melhorar as expectativas dos agentes privados, de modo que suas estimativas positivas se tornem profecias autorrealizáveis. O papel de propagar tal pensamento coube aos “profetas” de sempre: economistas conservadores de nações desenvolvidas comprometidos com o atual *status quo* da economia mundial.

Um exemplo veio do FMI, que, em seu *World Economic Outlook*, de abril de 2012, revia para cima suas previsões para o crescimento do PIB no ano, incluindo os EUA e diversos países da Zona do Euro, poucos dias antes de a divulgação dos dados do crescimento trimestral europeu mostrar que mais da metade dos países da Zona haviam entrado em recessão. Novamente, essa notícia trouxe pânico aos mercados financeiros e jogou por terra as expectativas de que a recuperação se daria ao longo do ano, intensificando-se no segundo semestre.

Segundo tal relatório, “[...] a economia mundial está gradualmente se fortificando, após os grandes percalços de 2011”. Os Estados Unidos dão sinais de uma recuperação mais acentuada, e a Europa está implantando “*good politics*”, para que venha recuperar a rota do crescimento.

Meses depois, em junho, a realidade é outra: os EUA sofreram arrefecimento de seu crescimento, a Europa segue em grave crise, e a desaceleração do produto global foi forte e sentida inclusive pelos países do grupo BRICs, que se destacam em termos de crescimento nos últimos anos, compensando, de certa forma, o mau desempenho das economias desenvolvidas.

Neste ano, não haverá uma retomada consistente da economia dos EUA. O País segue preso a um padrão de crescimento dependente do endividamento e da especulação, resultado das transformações estruturais sofridas desde a ascensão das políticas neoliberais na década de 80 e da financeirização de sua economia, que tiveram como consequência um forte aumento na desigualdade e na redução da parcela salarial da renda. Logo, o endividamento e os ganhos advindos de valorização patrimonial resultante das periódicas “bolhas de ativos” criadas sob tal padrão de crescimento foram a forma encontrada por parte das famílias

para manter seus padrões de consumo. O estouro da “bolha” de 2007 trouxe uma brusca interrupção nesse padrão e deprimiu o consumo privado, desencadeando uma crise que atingiu o mundo todo. Coube ao Governo endividar-se e garantir que não ocorresse um total colapso da principal economia do planeta.

O Tesouro e o FED agiram prontamente, com diversas medidas de socorro ao setor privado, baseando-se, principalmente, em facilidades quantitativas, injeções diretas de recursos para a manutenção do valor patrimonial das empresas. Pelo lado destas últimas, houve uma retomada do fluxo financeiro, que voltou a se tornar positivo em 2010, o que não se refletiu em aumento significativo da demanda efetiva. Mantida a reversão da tendência de desvalorização do dólar, verificada nos últimos meses, deverá ser ainda mais prejudicada a recuperação de suas exportações, essenciais para a obtenção de um padrão de crescimento, como o verificado na década de 90. Sem alterações pró-salário na distribuição do produto que reativem o consumo, os EUA parecem estar fadados a uma década de crescimento do tipo “vôo de galinha”.

Na Europa, o quadro é ainda mais grave, com diversos países da Zona do Euro à beira de um colapso. As políticas aí implantadas como resposta à crise foram bastante conservadoras: austeridade, corte de gastos sociais e redução dos custos salariais, como forma de buscar um aumento da competitividade. Isso trouxe a intensificação da recessão e o aumento do desemprego em praticamente todo o Continente, trazendo à tona a possibilidade de que a Grécia e outros países periféricos na Zona venham a abandonar o bloco.

Certo mesmo é que a crise de 2007-08 não se encerrou, e parte dos motivos para a tímida recuperação está nas próprias políticas de salvamento, que, seguindo a crença ortodoxa, buscaram a solução para a queda na demanda através da utilização de mecanismos financeiros e monetários, em uma fase descendente do ciclo econômico. Porém, como os agentes privados estão em uma posição defensiva de consolidação patrimonial e desalavancagem, o estímulo fiscal direto por parte do Estado é a única forma consistente de recuperação. Sem uma mudança nessa postura, a crise pode tornar-se uma recessão de balanços, com estagnação que pode perdurar décadas.

Delirante ou não, certo é que a previsão sobre o fim do mundo, dado o seu pequeno grau de falseabilidade até o dia 21 de dezembro, irá perdurar por mais tempo do que a do fim da crise. Essa, sim, já desmoronou.

Augusto Pinho de Bem
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 22.06.12).
ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Maria Inácia Flor Reinaldo e Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: carta@fee.tche.br
Twitter: @cartafee
www.fee.rs.gov.br